

Janett Reinstädler

Entre o debate político travado e a produção literária desinibida: a memória histórica e cultural em Portugal

É estranho o silêncio que existe em torno da memória cultural portuguesa. Enquanto que o ‘boom’ da memória espanhola (Herrmann 2002) teve uma ampla ressonância ao nível dos media e *el año de la memoria histórica* com a contestação contra a abertura de valas comuns e o escândalo que envolveu o magistrado Baltazar Garzón, enquanto que a Hispanística internacional organiza projetos de investigação, conferências, exposições acerca do superar do passado castelhano e acabou, inclusive, por apresentar uma larga literatura de investigação sobre o tema, falta um eco comparável vindo de Portugal.¹ Isto é algo que surpreende à face das experiências semelhantes a que os povos espanhóis e portugueses estiveram sujeitos quase em

1 Os trabalhos de investigação e publicações em relação à memória coletiva da ditadura de Salazar/Caetano em Portugal são, pelo que consigo perceber, bastante claras. Almeida (2005) e Martins (2007) debruçam-se sobre esta temática. Na Lusitanística alemã destacam-se os trabalhos de Andrea Fleschenberg (2004) acerca do tratamento dos arquivos da polícia secreta na Alemanha e em Portugal, e de Troebst (2010) sobre a comparação das ditaduras na Europa. Ambas são unânimes na forma como remetem para o “insuficiente” (Troebst 2010: 12) estado da arte com vista aos estudos comparativos das ditaduras. Maria de Sousa apresentou em 2007 com *Toda a Memória do Mundo* uma antologia com ensaios sobre os aspetos individuais, orais, arqueológicos e neurológicos da memória; a memória cultural portuguesa atual não é, no entanto, focalizada neste estudo. Um projeto online interessante de caráter documental tem vindo a ser implementado há já alguns anos com o título *Ehrendes Gedenken, Schatten der Vergangenheit: Portugiesische Erinnerungskulturen* (N.T.: Memória homenageada, sombras do passado: memória cultural portuguesa) por Teresa Pinheiro, Professora da Universidade de Chemnitz e os seus alunos (cf. Pinheiro 2005; 2006; 2008; 2010). A temática literatura e memória (não só do Estado Novo) é finalmente focada por Lange/Smolka (2001). João Barrento (1999) fornece-nos um levantamento no total de mais de 14 autores, que escrevem sobre a ditadura portuguesa. No entanto, uma análise concreta da perspetiva da teoria em torno da memória coletiva ainda não foi bem-sucedida. Entrarei mais tarde na questão do tratamento científico da tematização histórico-literária para lá da teoria da memória.

simultâneo com as crises económicas, o terrorismo de estado, a censura, a violência e a perseguição pelo Franquismo e o Estado Novo. Será que Portugal não é (uma vez mais) levado a sério ao lado do grande país vizinho? Será que Portugal recorda *menos* (do ponto de vista dos media) que Espanha? Ou será que se recorda de *maneira diferente*?

Uma vez que a resposta a estas perguntas, ao contrário do já bem estudado caso espanhol, não é tão evidente, pretendo preceder as minhas interpretações com algumas considerações sobre a específica forma portuguesa de lidar com o passado histórico. Seguidamente serão propostos três paradigmas centrais da memória cultural na fase de transição da ditadura/época colonial para a democracia atual tomando o exemplo de três romances — *Dinossauro Excelentíssimo* de José Cardoso Pires (1972), *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes (1984a), e *Levantado do Chão* de José Saramago (1980).

Um olhar sobre as poucas publicações da área dos estudos comparativos da ditadura que se ocupam com o caso português, permite rapidamente clarificar que Portugal recorda, *de facto*, de *maneira diferente*. Isto é primeiramente condicionado pelo facto que cada país recorda de outro modo, uma vez que o trabalhar do próprio passado não é tão cunhado pela semelhança das experiências paralelas temporalmente ou próximas a outros países geograficamente, mas muito mais através das:

“história”, “memória” e “recordação coletiva” [...], válvulas comunicativas em ligação direta com o campo semântico da “nação”. E as nações da Europa são tão diferentes quanto são correspondentemente incompatíveis as suas obras-primas históricas. Ao mesmo tempo são também tão diferentes as formas e modelos das suas recordações da ditadura — e com isso das estratégias do superar da ditadura (Troebst 2010: 45).²

Ao observar-se Portugal e Espanha desta perspetiva, ressaltam distinções centrais na perceção nacional que ambos os países têm de si mesmos, que influenciam sem dúvida a memória cultural. Quase se

2 “‘Geschichte’, ‘Gedächtnis’ und ‘Erinnerung’ [... stehen] kommunizierenden Röhren gleich in direkter Verbindung mit dem semantischen Feld der ‘Nation’. Und so unterschiedlich die Nationen Europas sowie entsprechend inkompatibel auch ihre historischen Meistererzählungen sind, so verschieden sind zugleich die Formen und Muster ihrer Diktaturerinnerungen – und damit der Strategien der Diktaturbewältigung” (Troebst 2010: 45). N.T.: Traduções de citações da nossa autoria.

pode alegar que na consciência espanhola desde o século XIX dominam discursos sobre a divisão do país em *España eterna* e *España moderna* (uma dicotomia que culminou na *Guerra Civil* espanhola), enquanto em Portugal, pelo contrário, predomina o discurso público através do imaginário de um povo unido. Assim se pode ler numa obra de história do ano de 2007 “A sociedade portuguesa continua a ser intrinsecamente corporativa” (Telo 2007: 385), o teórico literário Barrento (1999: 17) fala de uma “consciência coletiva messiânica relativa ao passado” dos portugueses. Este conhecimento de base poderá ter tido — a par com as condições históricas específicas — uma influência considerável nas respetivas saídas da ditadura. Por fim os espanhóis, com medo de uma nova cisão após a morte de Franco, acabaram por deixar para a política a configuração da passagem à democracia e aceitam um *pacto de silencio* que bloqueou a reciclagem do Franquismo até aos finais dos anos 90. Porém, em Portugal deu-se uma revolução precedida por um golpe militar e apoiada pela maioria da população. À revolta coletiva seguiram-se uma mudança política radical e largos anos de controversos debates políticos em torno da nova forma social. E sim: ainda que em Portugal se tenha começado diretamente após o final da ditadura com a renovação política e jurídica da repressão do passado, este debate já não foi sustentável, isto comprovam, entre outros, a rápida amnistia para os agentes da polícia de perseguição PIDE/DGS do regime de Salazar/Caetano e da retirada do povo português do debate político. Especialmente na forma como se lidou com a da *Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança* sobressai o interesse rapidamente desaparecido da vasta população por um consequente trabalhar do passado: o debate ainda se aguenta principalmente num nível político e permanece até aos anos 90 sem repercussões consideráveis. Só 20 anos após a Revolução dos Cravos se tornam públicos os ficheiros da polícia do *Estado Novo* e isto é feito através de publicações tão grandes que a esperada afluência privada e científica ao arquivo acaba por também tardar, como se de mais uma consequência social se tratasse.³

3 Cf. a minuciosa reciclagem dos debates em Fleschenberg (2004: 210ss.). As atividades de investigação no arquivo da PIDE orientam-se principalmente para as tendências dos processos de independência das antigas colónias, para o Partido

Andrea Fleschenberg mostra no seu impressionante estudo de 2004 que apesar da existência de intensivos trabalhos académicos sobre a história do *Estado Novo* desde os anos 90, falta uma participação ativa por parte de toda a população na discussão em torno das violações dos direitos humanos durante o Salazarismo/Caetanismo. A autora justifica isto com uma “saciedade temática” do povo português nos anos 70 e com a subjacente contrariedade política geral, com o escasso apoio público e institucional às vítimas, mas também com a falta de comunicação dos resultados dos estudos científicos ao grande público e às gerações mais jovens (Fleschenberg 2004: 253-272). Fleschenberg chega à conclusão de que em Portugal “[se realizou] uma inconsequente e juridicamente branda revisão do Estado Novo que foi avaliado sobretudo de forma negativa” (Fleschenberg 2004: 289), foi dado um tratamento que “quase não tem significado para a sociedade atual portuguesa” (Fleschenberg 2004: 291).⁴ Ao mesmo tempo, o discurso da jovem memória portuguesa testemunha sobre uma “cultura da memória, que só por ocasião dos jubileus da revolução pode reivindicar uma relevância ao nível de toda a sociedade, assim como um interesse público” (Fleschenberg 2004: 288). A única coisa que faz surgir um autêntico *lieu de mémoire* da atual memória cultural portuguesa: a Revolução dos Cravos. Publicamente recorda-se só e apenas o bem-sucedido ultrapassar coletivo do regime opressor.⁵

E, sim, há dois aspetos a objetar tudo isto. Em primeiro lugar, aparecem em Portugal nos anos seguintes à publicação de Fleschenberg — talvez como reflexo dos acontecimentos no país vizinho —, uma série de iniciativas que se mobilizam por um debate sério acerca

Comunista Português, para a Igreja católica e os portugueses na Guerra Civil espanhola.

4 Entre outras coisas, as demissões condicionadas pela política e pronunciadas aquando do início da revolução foram anuladas pela lei da amnistia de 1977. Os despedimentos na área do direito acabaram, por sua vez, por não acontecer. Fleschenberg considera a tentativa da revolução em afastar do aparelho político os funcionários apoiados pela ditadura apenas como “medidas insignificantes de esclarecimento” (Fleschenberg 2004: 218). Sobre isto cf. também Sängner (1994).

5 Sobre a Revolução dos Cravos existe uma ampla bibliografia académica, também nas ciências humanas, que neste âmbito não poderá ser aprofundada. Uma outra zona coletiva de memória é a época colonial, também sobre este tema a bibliografia é desproporcionalmente mais ampla que a dedicada à memória do Estado Novo.

do passado e das vítimas, que até aqui não tinham qualquer lobby, que proporcionaram às pessoas um fórum onde se expressar e que aceitam a discussão coletiva sobre os crimes da ditadura e do colonialismo: em 2005 foi fundada a *Associação Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória!”*,⁶ em 2008 é colocado online o blog *Caminhos da memória* que oferece sob acompanhamento académico, informações e possibilidades de discussão não só sobre a própria história da ditadura e colonial. Também ao nível universitário existem novas atividades de investigação.⁷ Mesmo assim, tem de se acordar que a ressonância geral da temática da memória continua na mesma a ser diminuta: em maio de 2010 o trabalho nos *Caminhos da memória* vai ser de novo suspenso. Como indicador da baixa disponibilidade da população para se ocupar com o opressor sistema estatal de Salazar, poderá contar também um evento artístico, no qual a 5 de outubro de 2008 membros da Faculdade de Belas Artes pintaram uma parede na Rua António Mareia Cardoso em Lisboa, em frente à antiga sede da PIDE: nesta ação amplamente noticiada participaram apenas umas 100 pessoas. E enquanto em Espanha no ano de 2006 se comemorava o *año de la memoria histórica* e 64,5% dos espanhóis se manifestava a favor do superar da Guerra Civil (Seixas em Troebst 2010: 109), monumentos em memória de Franco eram destruídos e se mudava o nome a determinadas ruas, Portugal elege em março de 2007 António de Oliveira Salazar como o maior português de sempre num programa televisivo intitulado “Os Grandes Portugueses”.⁸

6 *Não Apaguem a Memória!* cria em Portugal caminhos de memória, os chamados “Roteiros da Memória” e mobiliza-se, como também a Comissão de Socorro aos Presos Políticos, pela indemnização das vítimas da PIDE/DGS.

7 Um projeto de investigação sobre os processos transformadores sociais em Portugal de uma perspectiva histórico-social está a ser levado a cabo pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa em Lisboa.

8 O segundo lugar foi conseguido — com uma grande distância — pelo líder comunista Álvaro Cunhal. O então ainda vivo Prémio Nobel José Saramago não conseguiu mais que o 44º lugar. A bibliografia académica faz repetidamente referências a um retorno da opinião pública portuguesa desde os anos 80 a “valor[es] [...] de um catolicismo reacionário” (Nunes 2003: 45). *De facto*, exemplos mais recentes demonstram que o governo português tem agido nos últimos anos de forma ativa contra esse tipo de tendências: a 28 de outubro de 2008, por exemplo, fez-se no auditório da Assembleia da República um simpósio internacional sobre o *Campo de concentração do Tarrafal*, um campo de opressão da PIDE realizado na presença do Presidente da Assembleia da República (Jaime Gama) e do Ministro da Justiça (Alberto Costa). O plano do Presidente da

Assim fica conhecida a atitude esquizofrênica dos portugueses ao admirar Salazar e, no entanto, condenar o fascismo (Fleschenberg 2004) e há também em Espanha, efetivamente, tal como antigamente, partidários de Franco. E tal como Portugal, Espanha tem algumas fissuras abertas na forma de lidar com o passado: por um lado aqueles que não querem abrir as feridas antigas, mas que querem, sim, preservar a paz social ou até as boas recordações do tempo da ditadura, por outro lado os que exigem a reciclagem do terrorismo do estado, a vingança dos crimes e a indemnização das vítimas.⁹ A diferença decisiva entre os dois países consiste no equilíbrio de forças de ambos os agrupamentos: enquanto em Espanha as únicas forças que definem os discursos públicos desde há mais de dez anos vão contra um esquecimento da iniquidade, em Portugal, pelo contrário, domina a vontade de não remexer nos traumas do passado.

Em segundo lugar, é necessário contrapor que o trabalho de Fleschenberg se concentra na “memória política” (Assmann 2006: 36ss.), ou seja no debate político e nos media quanto ao passado, os reflexos culturais na ditadura portuguesa não são, porém, tratados (o que também teria forçado o âmbito do seu objeto de estudo). Mas se se direcionar a atenção para as “representações materiais” do depósito da memória cultural (Assmann 2006: 51ss.) e com isso para a forma cultural e literária de lidar com o Salazarismo/Caetanismo, a memória cultural portuguesa surge representada de maneira diferente. Já durante a ditadura houve letrados que escreviam contra a censura e o totalitarismo correndo um alto risco pessoal e que procuravam formas de expressão literárias para a repressão experiente, um meio de protesto e de resistência. Em especial surgem na altura a seguir a 1974

Câmara de Santa Comba Dão de em 2008 erguer um museu municipal em honra de Salazar originou, pelo contrário, um debate político tão controverso, que o projeto acabou por ser adiado. E há pouco tempo a página oficial da Câmara Municipal de Lisboa anunciava a inauguração de uma placa comemorativa na antiga sede da PIDE/DGS, planeada pela organização *Não Apaguem a Memória!* pelo 40º aniversário da Revolução dos Cravos.

- 9 Teresa Pinheiro apresenta de forma diferenciada no seu estudo mais recente, como a memória cultural contemporânea em Portugal ainda se encontra muito agarrada à sombra da memorialística do *Estado Novo* (Pinheiro 2010: 8). Aqui defrontam-se valorações positivas da época colonial e da pessoa de Salazar com o 25 de abril como “o lugar da memória com mais consenso do Portugal democrático” (Pinheiro: 2010: 10).

numerosas obras que pegam no passado recente e o processam de forma artística. De entre estes, um material de investigação especialmente rico é oferecido por exemplo pela literatura de testemunho portuguesa — ainda mais do que em Espanha encontram-se textos autobiográficos que tratam das memórias dos políticos conservadores (por ex.^o Caetano 1977, Freitas 1995, Ferreira 1992, Papiniano 1998, Sá 2006), das guerras coloniais (Rosa 2003; Nogueira e Carvalho 2004), da resistência política contra o totalitarismo e sobretudo da Revolução dos Cravos (Carvalho 1978; Bernardo 2004 e muitos outros). Este extenso material, que até agora só foi extensivamente objeto para estudos da perspectiva da teoria da memória (cf. quanto a isto: Crabbé Rocha 1992; Batuca-Branco 2006), espera urgentemente por um tratamento num âmbito superior àquele que lhe pode dar o contributo deste artigo.

Quanto à literatura ficcional a situação parece ser semelhante — os numerosos textos literários que durante ou após a ditadura se debruçaram sobre o superar das experiências violentas, quase não foram até hoje tratadas desde a perspectiva da teoria da memória. Não obstante, a Lusitanística internacional chamou continuamente à atenção nas últimas décadas para a relevância da história para a literatura contemporânea portuguesa e o seu contributo para a constituição de uma consciência nacional — Pires de Lima escreve acerca disto que após uma curta fase de um silêncio literário durante a revolução

o fim do império mundial com quinhentos anos e a aproximação de Portugal ao projeto da Comunidade Europeia, juntamente com a crise de identidade por tudo isto provocada, [produziu] uma extensa e produtiva literatura de auto-conhecimento e de ficcionalização da pátria (Pires de Lima 1997: 139).

Briesemeister certifica que a literatura portuguesa desde o Neorrealismo constitui uma “observação inexorável e um testemunho ativo” (Briesemeister 1997: 382) e Barrento confirma: “A história [é] a matéria mais focada no romance português dos nossos dias” (Barrento 1999: 37).

De seguida, pretendo ousar fazer uma ponte entre a perspectiva da investigação feita em torno da memória e três obras exemplificativas de entre o grande número de romances, que tratam e selecionam a história portuguesa, para mostrar três paradigmas da memória na literatura portuguesa antes e depois de 1974.

1. Subversão da ditadura: a paródia e o grotesco

No ano de 1972, ou seja já depois da morte de Salazar e ainda antes da Revolução dos Cravos, surge com *Dinossauro Excelentíssimo* uma “fábula satírica fulminante” (Pires de Lima 1997: 134) sobre o Estado Novo e os seus antigos potentados. Redigido durante uma estadia em Londres pelo autor lisboeta Cardoso Pires (1925-1998), o texto sugere com a sua referência a crónicas, livros de história, mas também livros de aprendizagem do mundo rural e depoimentos de testemunhas, uma verdade histórica a ser contada. Esta exigência pela verdade vai, no entanto, contra uma ação que ultrapassa as coordenadas da realidade e da probabilidade. A história de vida dos protagonistas demonstra ser uma sucessão de acontecimentos inacreditáveis e que se elevam ao fantástico, durante os quais aquele que virá a ser o “imperador” passa de um rapaz do campo a um erudito metropolitano, de um membro do governo ao único soberano e que, por último, sofre uma mutação física de ser humano a dinossauro. Não diretamente por causa disto, mas por causa de outras sugestões no texto reconhece-se facilmente neste “excelentíssimo dinossauro” a figura de Salazar.¹⁰

O narrador heterodiegético, que se dirige diversas vezes no texto a uma menina de nome “Rita”,¹¹ fala de forma oral e dialogada e faz uso substancial do discurso direto e indireto, das perguntas retóricas e das respostas dadas a si mesmo, das considerações gerais e dos comentários pessoais, com os quais representa uma admiração aparentemente ingênua da coragem e das forças dos poderosos, da paciência dos pobres dispostos a fazer sacrifícios (metaforizados como “mexilhões”)

10 Apesar das claras sugestões ao Estado Novo, o romance tem um carácter alegórico que remete para fora de Portugal, por exemplo quando se indica o possível nome do ditador “chamava-se Francisco ou Vitorino, Adolfo, talvez Adolfo Hirto; ou Benito Marcolino, Zé Fulgêncio, Sebastião Desejado — não interessa [...] já tinha outro nome: Imperador. Dinosaurius Um, Imperador e Mestre. Palmas” (*Dinossauro Excelentíssimo*: 11). O romance deixa-se assim situar na tradição do romance de ditadura (da América Latina). Gabriel García Márquez irá, por sua vez, em *El otoño del patriarca* (1975) estabelecer estreitas referências intertextuais com o modelo anteriormente dado por Pires (por exemplo: a conceção mágica do tempo, o velho soberano com uma idade fantasmagórica, a elevação mística do ditador e das suas capacidades quase divinas, a morte dupla; cf. sobre isto também Fernández García 2000).

11 O próprio Pires assume “com saudade por um país atribulado” ter concebido a narrativa para a sua filha Rita e tê-la dedicado à sua irmã Ana.

e a erudição dos Doutores (a questionável inteligência nacional), satiriza a perspectiva narrativa do texto, que constantemente se supera a si mesma, os praticantes do poder. Na representação embelezada e na ênfase exagerada revelam-se as estratégias da propaganda, reconhecendo-se assim a instruída e exagerada ostentação da igreja, da ciência como uma máscara que não consegue esconder convenientemente a hipocrisia, a corrupção e a incompetência das instituições estatais. Se, por um lado, a paródia do discurso propagandístico pode ser lida como estratégia para o atenuar da recordação perigosa do Estado Novo, por outro lado, no texto encontra-se também uma crítica direta ao descrever-se o quotidiano do povo como uma situação de controlo ameaçador:

Bandos de espiões batiam as ruas com o encargo de denunciar a língua, confrarias de doutores mergulhavam nos compêndios, outros na letra de forma, no diz que diz. A fala dos mexilhões era passada a crivo, havia orelhas de morcego a caçá-la nas dobras da sombra, imagine-se (*Dinossauro Excelentíssimo*: 38).

O arquivo da PIDE/DGS parece tão fantasmagórico como a imagem das orelhas de morcego que representa a mesma, vigiando uma população de mexilhões. O arquivo é caracterizado como uma “câmara de torturar palavras” e uma “máquina infernal”, na qual “verbos e substantivos, cedilhas e a restante população dos dicionários sofreriam tratamentos em último grau” em sete passos técnicos (todas as citações: *Dinossauro Excelentíssimo*: 39). Por fim o audaz governante passa ele próprio à ação:

De camareiro em punho meteu-se [o Imperador] a pescar vírgulas nas prosas mais turvas; lançou-se atrás do til, essa borboleta, e do trema em lantejoulas; distribuiu hífenes, colocou-os com o cuidado com que se abrem cancelas no terreno selvagem das orações confusas. Ao sinal de parágrafo, minúsculo hipocampo entre folhas amortalhado, pô-lo a embelezar com abundância os decretos-leis da sua predileção; e à gota de mel, que era o ponto de exclamação, retirou-a aqui e ali para não tornar gulosa a frase (*Dinossauro Excelentíssimo*: 68).

Caso este “labor de pura depuración lingüística” (Fernández García 2000: 131) impeça o *désire de texte*, então a linguagem do seu poder produtivo não se deixa roubar. Devido à sua surdez degenerativa estando rodeado por vários sistemas de colunas de som, o ditador é apanhado no fim do romance numa rede de cacofonias que pronun-

ciam as palavras erradamente e que precisamente a partir da palavra “Ordem” reproduzem sempre novas e perturbantes variantes:

MORDE... OREDM...
 MERDO... MEDRO...
 RRRRRRRRRRRRRRRRRR
 sinal, ponto, seta ----- **MEDO**
 (*Dinossauro Excelentíssimo*: 80).¹²

Esse tipo de desconstruções de exigências de poder e verdade não ocorrem só ao nível da forma narrativa, nem da ação narrada. Também o género da crónica que, para dar vantagem ao texto inicialmente, é destabilizada por elementos de ‘literatura frívola’, i.e. de lendas, fábulas e literatura infantil. O próprio Cardoso Pires define o seu texto como uma “fábula”, mas também este tipo de narrativa se liga ao seu oposto, aqui não se trata, como mostrou Fernández García (2000: 126), de animais a viver segundo as regras humanas, mas, pelo contrário, de homens a viver como animais — algo que Pires transpõe novamente metaforicamente ao escrever que a ação “se passa no tempo em que os animais falavam e os homens sufocavam” (Pires 1979: 119). O mais tardar pelo final do livro, quando o animalesco governante já envelhecido é trucidado pela sua própria imagem ideal em forma de estátua de bronze (cf. sobre isto Fernández García 2000), quando os médicos o chamam de volta à vida e a sua comitiva o faz acreditar com a ajuda de jornais e programas de televisão falsos que ele continua a governar o país (tal e qual como se fez acreditar Salazar), é manifestado que este romance representa grotescamente a realidade, que constitui ela mesma uma caricatura (Pinheiro Torres 1978).

Ao procurar-se no texto por uma resposta à pergunta porque é que o *Dinossauro Excelentíssimo* não caiu como vítima da censura,¹³ como acontece noutros textos do autor, encontram-se, por um lado, estratégias rodeadas de censura como a virada ao cómico-‘trash’, a redução da relevância e exigência de verdade através das estratégias narrativas relativas à paródia descritas acima, à deformação grotesca e às viragens fantásticas, mas também as 20 fotomontagens que comen-

12 Sobre a “ritmação marcante e musical” e a polifonia dos textos de Cardoso Pires cf. Briesemeister (1993; 1997).

13 Sobre a censura no Estado Novo e os seus efeitos em autores como Pires cf. Azevedo (1999).

tam o narrado de forma simultaneamente ingénua-cômica-absurda, concreta e abstrata — ou seja estratégias que ‘desarmadilham’ o texto e também o tornam menos acessível. Por outro lado, tem de se agradecer, sim, a uma circunstância oportuna, que esta réplica cáustica do ditador e do seu regime tenha podido ser publicada no Portugal de 1972 e que logo após um ano registasse já a 6ª edição: num controverso debate político da *Assembleia Nacional* sobre a censura que os representantes do poder no ano 1972 conduziram como prova da sua tolerância para com dissidentes do recente aparecido *Dinossauro Excelentíssimo*, aquilo que o livro defendia desde então por interdição.

Tomando o exemplo de *Dinossauro Excelentíssimo* há um primeiro lugar de memória português (“lieu de mémoire” com Pierre Nora 1989) que se abre: o tempo da ditadura do Estado Novo e dos seus crimes. Como parte da *memória cultural* portuguesa, i.e. dentro da materializada dimensão ‘durável e simbólica da memória coletiva’ (Assmann 2006: 51ss.), o romance oferece em contrapartida uma estratégia específica da memória (resistente): no qual Cardoso Pires constitui a memória através da apresentação de textos na primeira pessoa e satíricos em torno da mesma (história, depoimentos, relatos, lendas...), as quais se identificam de forma paródica com a estreiteza ditatorial do *Estado Novo* na experiência literária e desvendam com isso a ‘memória ditatorial’ deformada atingindo o seu texto, por fim, um carácter metaliterário e meta-memorial. Atrás da máscara do “modo historiante” que deixava transparecer o representado como “parte de um passado já terminado e objeto da escrita histórica académica” (Erll 2005: 168), a memória será visualizada como uma construção discursiva que é, entre outras coisas, dependente de recalques políticos. O *Dinossauro Excelentíssimo* coloca o passado à distância através da alienação estético-literária, do cinismo e do riso que está muito próximo da loucura. A consequência do desmascaramento parodista não é apenas a negação dos pontos centrais de referência da *memória* oficial do tempo de Salazar no início dos anos 70, mas no fim de contas a desconstrução do conceito nacional português: “Para a fábula cardosiana, na história não há heróis, não há vítimas, não há país, não há acaso” (Ribeiro 1994: 54). Os meios adequados da resistência e do modelo oposto ao totalitarismo são, por sua vez, a língua e o seu potencial criativo, a escrita (e a leitura) de literatura.

2. Substituição da ditadura: o corretivo da memória coletiva

Um segundo forte paradigma da memória portuguesa no tardio século XX são sem dúvida a resistência ativa contra a ditadura e, em especial, a Revolução dos Cravos que encontrou por diversas vezes reciprocidade na literatura ficcional. Como exemplo, poderá servir um dos mais conhecidos romances portugueses da primeira fase da época pós-Salazar, *Levantado do Chão* (1980), daquele que mais tarde viria a receber o Prémio Nobel da literatura José Saramago (1980), “o incorrigível comunista, ibérico heterodoxo e ateu conhecedor profundo da Bíblia” (Grossegasse 2009: 10). *Levantado do Chão* apresenta a história nacional como a memória coletiva de um grupo, aqui a população rural do Alentejo e foi concebida como “a transposição para a narrativa da ‘história de baixo’” (Grossegasse 1997: 411). Em pano de fundo estão o sofrimento físico e psíquico das pessoas na ditadura e as estruturas feudais tardias, a memória da fome, da pobreza, da exploração, da perseguição política e opressões pela PIDE, que ia num crescendo contra a resistência oferecida pelos reprimidos. Ao contrário do que aconteceu em *Dinossauro Excelentíssimo*, aqui a pessoa de Salazar só é levemente reconhecida. Também a Guerra Civil espanhola, ambas as guerras mundiais e as guerras coloniais portuguesas surgem só vagamente no horizonte das informações escassas para os camponeses. Tomando o exemplo da família de construtores Mau-Tempo conta-se através da história de quatro gerações diferentes como é a vida da população rural portuguesa numa perspectiva narrativa polifónica, que vai trocando entre a narração na primeira pessoa do plural, a narração na primeira pessoa do singular e o narrador onisciente. Com isto o texto medeia uma conceção de história como um confluir de perspectivas, vozes, experiências, tal como se poderá clarificar através deste exemplo de uma greve de um trabalhador agrícola:

[...] e assim vieram a encontrar-se todos na praça da jorna e viram passar a guarda, e veio o cabo Tacabo, Então vocês não querem trabalhar, Queremos, sim senhor, mas só as oito horas, e o patrão não as quer dar, não há nenhuma verdade mais verdadeira do que esta, mas o cabo averigua confirmações, Então isto não é greve, Não é, não senhor, nós queremos trabalhar, o patrão é que nos mandou embora, diz que não dá as oito horas, e é por causa desta clara resposta que o cabo Tacabo dirá mais tarde, Não sei que lhes hei-de fazer, senhor Dagoberto, os homens dizem que querem trabalhar, o senhor é que, e nem chega a acabar a

frase, salta Dagoberto, Malandros é que eles são, ou trabalham de sol y sol, ou morrem de fome [...] (*Levantado do Chão*: 339).

No meio da gritaria vamo-nos apercebendo, com o decorrer do romance, que existe um narrador num nível superior (aqui “não há nenhuma verdade mais verdadeira do que esta, mas o cabo averigua confirmações”) que comenta os acontecimentos ou que, enquanto instância reguladora, chama a atenção para os contextos em que os episódios ocorrem. A história aspira, numa sequência lógica, ao fim da ditadura, à Revolução dos Cravos, que no final do romance aparece como a única possibilidade consequente para ultrapassar as condições de vida desumanas da ditadura. Se em Pires o conteúdo tinha a ver com adaptar a memória literária de forma paródica à versão oficial, desarranjar o passado e voltar ao absurdo, *Levantado do Chão* dedica-se, por sua vez, com grande seriedade à história portuguesa. Aqui o discurso histórico oficial é repudiado e substituído por uma ‘outra verdade’. Saramago serve-se aqui de “factos com responsabilidade histórica [...]”, em torno dos quais se vai desenvolvendo o discurso ficção” (Schor 1993: 120; 1997) e desenvolve com isso um procedimento que rebenta com as velhas classificações da escrita histórica fiéis à realidade e com a literatura ficcional contrariando o discurso oficial acerca do passado:

Precisamente este ocultar decisivo, que arquiva e petrifica o passado, o separa da atualidade e do futuro é a folha de contraste contra a qual escreve Saramago, na qual ele borrata propositadamente as linhas que separam o ontem, o hoje e o amanhã, entre aquilo que foi e aquilo que deveria ter sido, entre facto, narrativa e sonho, entre história que exige a verdade e ficção que está livre de ter de dizer a verdade (Grossegessse 1997: 410).

Não é injustamente que a crítica literária classifica Saramago e *Levantado do Chão* com o romance da tese (Pires de Lima 1997), da “moralística pós-educacional e humanística” (Grossegessse 1997: 419), um “ensinamento de salvação marxista de uma sociedade futura com justiça social, sem explorados e exploradores” e viu nele uma cultura literária pedagógica, que segue um “discurso messiânico da identidade portuguesa” (ambas as citações Grossegessse 1997: 411).

Com vista à temática da memória poderá introduzir ainda mais uma interpretação, a afirmação de Saramago que, quando acaba um livro, sabe que também esgotou o tema (Mertin 1999: 1009) é válida,

em certa medida, para o romance *Levantado do Chão* que transmite a confiança de que nos três passos freudianos da memória, repetição e assimilação se pode ultrapassar o passado agonizante. Saramago contrapõe-se ao modelo oficial da memória da ditadura, propagandístico e altamente manipulador que desmascara o *Dinossauro Exce-lentíssimo*, a conceção de uma memória coletiva, que se forma através do trabalho conjunto da experiência coletiva e da experiência individual. Esta memória coletiva não se consegue apenas, como escreve Assmann (1992: 37), ‘através da comunicação’, mas que também, de acordo com a promessa do romance, é capaz de curar as feridas do passado, precisamente porque as recordações podem ser transformadas em ações: nas da revolução política ou na da escrita insurreta.

3. Memória involuntária, trauma, dissolução

O otimismo de Saramago não é partilhado pelo *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes ([1979] 1984a).¹⁴ É verdade que aqui, tal como nos textos anteriores, também está em primeiro plano o gesto da narrativa da memória histórica. No entanto, a perspetiva nacional e coletiva estreita-se através do foco individual num narrador na primeira pessoa que, num bar lisboeta, conta a uma mulher desconhecida acerca dos 27 meses que passou como médico militar na guerra em Angola. Este é o terceiro *lieu de mémoire* do Portugal de hoje: a época e a guerra colonial. É um campo de memória que, quase como antes, está exclusivamente perpetuado na literatura:

A literatura é (quase) o único meio que nem cala a grande desilusão que constitui o nosso passado colonial, nem lhe fecha os olhos, como se ele nunca tivesse existido. É por isso que esta literatura é muito discriminada em Portugal (Melo 1997: 496).

E assim, como escreve Thorau (1997: 522), alguns desejam a Lobo Antunes “o prémio Nobel e outros desejam-lhe a Malária”. *Os Cus de Judas* é um texto perturbante, produzido por um indivíduo totalmente transtornado — “O narrador de *Os Cus de Judas* é um neurótico. É um traumatizado pe uma guerra que castigou muitos portugueses” (Antunes 1984b: 151) — que o narrador deixa parecer “uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar” (Antunes cit. em

14 Sobre o pessimismo histórico nos romances de António Lobo Antunes cf. Thorau (1997) e Barrento (1999).

Mascarenhas 1996: 14) Apesar disso, esta espécie de relatório redigido de forma francamente ofegante é um dos primeiros a ousar em Portugal

rasgar o manto de silêncio que durante algum tempo cobriu, e parcialmente ainda cobre, o tema da guerra colonial. Depois ... talvez a explicação seja que há feridas que só o tempo vai cicatrizando e em que muita gente ainda não tem coragem de mexer (Mascarenhas 1996: 14).

Os Cus de Judas está escrito em 26 capítulos intitulados com as letras do alfabeto num texto denso e altamente poetizado. Face às memórias tormentosas, falar sobre o passado torna-se uma obrigação, o que não se pode fazer num só diálogo e que não deixa espaço para uma antítese:

Escute. Olhe para mim e escute, preciso tanto que me escute, me escute com a mesma atenção ansiosa com que nós ouvíamos os apelos do rádio da coluna debaixo de fogo, a voz do cabo de transmissões que chamava, que pedia, voz perdida de naufrago esquecendo-se da segurança do código [...] (*Os Cus de Judas*: 51).

Lobo Antunes combina aqui dois modos de representação narrativa do passado e cruza a perspetiva individual, com o ‘modo de experiência’ de Erll, com o ‘modo monumental’ que deixa aparecer o vivido “como objeto obrigatório de um predominante horizonte de sentido cultural (nacional, religioso)” (Erll 2005: 168). Num envolvimento intertextual virtuoso e numa “obsessão decididamente furiosa” (Mertin 1992: 96), o soldado de outros tempos interliga as suas recordações com os universos de Swift, El Greco, Vermeer, Camões, Fernando Pessoa, John Dos Passos, Rembrandt, Chaplin, Buñuel, Audrey Hepburn, Paul Simon, Bolero, Fado etc., e com as quais a liturgia católica, as vozes angolanas e os termos técnicos médicos “através de uma espécie de processo cinematográfico em que a câmara se desloca, em regra, com lentidão, mas onde os ‘flash-back’ surgem a cada momento” (Mascarenhas 1996: 17).

[...] e eu escrevia para casa Tudo vai bem, na esperança de que compreendessem a cruel inutilidade do sofrimento, do sadismo, da separação, das palavras de ternura e da saudade, que compreendessem o que não podia dizer por detrás do que eu dizia e que era o Caralho caralho caralho caralho do enfermeiro a seguir à emboscada, lembra-se, no Leste, no país de areia vazia dos Luchazes, com o corpo do cabo defunto a apodrecer, sob a manta, no meu quarto, e eu sentado nos degraus do posto como me sento agora aqui consigo nesta sala, vendo os barcos do rio no nosso reflexo no vidro da janela, eu a falar e você a ouvir-me

nessa atenção sarcástica que me enerva e confunde, As mulheres, sentenciava o Voltaire, são incapazes de ironia, catorze pontos no cu do agente a demorar, deliciado, a agulha pela carne, deixe-me encostar por um momento a cabeça aos seus joelhos e fechar os olhos, os mesmos com que observei o cipaio a enfiar cubos de gelo no ânus de um tipo sem que eu protestasse sequer porque o medo, percebe, me tolhia o menor gesto de revolta [...] (*Os Cus de Judas*: 116).

No final do último capítulo, que é intitulado com a letra Z chegando, assim, ao fim da escrita, o narrador apercebe-se do seu fracasso. Acaba por falhar a superação do passado e a única possibilidade de se libertar do peso da memória é o recalçamento e a negação:

Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colônias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem PIDE; nem revolução, jamais houve, compreende, nada, os calendários deste país imobilizaram-se há tango tempo que nos esquecemos deles [...] (*Os Cus de Judas*: 172).

Mascarenhas mostra de forma convincente como Antunes confronta a sacralização da nação e o seu idealizado terrorismo transregional do Estado Novo, com a realidade atroz da guerra em África e desconstrói a conceção intangível de uma pátria colonial — “A Pátria não se discute” (Salazar, cit. em Mascarenhas 1996: 15). Mais ainda: a lembrança da guerra como colapso da civilização e da humanidade, como o trauma da história portuguesa que divide o povo naqueles que o viveram e naqueles que ficaram em casa, é aqui desmascarado como *non lieu* da escrita da história, como um território distante, não tão perdido quanto está de queimado, *Os cus de Judas* da memória portuguesa. É por isto que vejo este romance menos como a “queixa pessoal de uma única pessoa, que se arrepende cínica e resignadamente por não ter lutado contra a guerra”, como propôs Schlosshan (1990: 62), mas muito mais como uma tentativa do superar da experiência traumática tão bem conseguida ao nível linguístico, quanto fracassada ao nível do conteúdo, enquanto expressão de um constrangimento patológico para a memória. Perante a destruição total do pacífico anseio emocional por ternura, amor e compaixão que o narrador viveu e que impossibilita uma nova relação humana para com a sua acompanhante, resta no final um profundo pessimismo. A tarefa da memória iguala neste terceiro paradigma a literatura portuguesa pós-ditatorial, aquela da literatura depois do Holocausto: “Não há ‘cura’ [...], se não ‘ferida’” (Anders 1979: 179).

Como primeira conclusão, deve reter-se que a par com o pouco pronunciado e pouco crítico discurso-memória oficial em Portugal, tem lugar uma intensiva assimilação literária do passado que se foca nos três momentos centrais da história portuguesa: o *Estado Novo*, o 25 de abril e a Revolução dos Cravos, bem como a época e a guerra coloniais. Para além disto, os textos aqui tratados permitem reconhecer três diferentes estratégias da memória: 1. a repetição parodista do medo do passado com o objetivo da sua desconstrução (Pires), 2. a substituição do discurso histórico hegemónico por um modelo narrativo a várias vozes (Saramago) e, enquanto reflexo do trauma, 3. uma memória auto-reflexiva e individual que acontece de forma forçada e involuntária e que, no final de contas, não pode proclamar nada como o seu próprio fracasso (Lobo Antunes). Ficam por preencher estes campos com mais exemplos literários¹⁵ e, para completar outros *lieux de mémoire*, por ventura a experiência dos exílios políticos ou da época colonial portuguesa de uma perspetiva não-europeia e dedicarnos, muito mais do que até agora, ao papel central da literatura contemporânea portuguesa como portadora material, constante e transgeracional (Assmann 2006: 54) e um meio resistente e ativo de uma memória tanto individual, quanto coletiva.

Tradução: Carla Sofia Amado

Bibliografia

- Almeida, José Carlos (2005): *Celebrar Portugal: A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*. Lisboa: Piaget.
- Anders, Günther (1979): *Besuch im Hades. Auschwitz und Breslau 1966. Nach "Holocaust"*. München: C.H Beck.
- Antunes, António Lobo ([1979] 1984a): *Os Cus de Judas*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- (1984b): "Le point de vue de l'écrivain". Em: *Quadrant*, pp. 146-157.

15 Para além dos autores aqui tratados, também tematizam o Salazarismo/Caetanismo por ex.º Jorge de Sena, Aleida Faria, Baptista-Bastos ou Mário Cláudio; as guerras coloniais são literalizadas por, entre outros, Lídia Jorge, João de Melo, Mário de Carvalho e da Revolução dos Cravos há tantos reflexos na literatura que aqui só podem ser referidos os representantes Abelaira, Vergílio Ferreira e Eduardo Dionísio (cf. Mertin 1992; Barrento 1999, uma enumeração de romances históricos atuais é fornecida em Pinheiro 2010).

- Assmann, Aleida (2006): *Der lange Schatten der Vergangenheit. Erinnerungskultur und Geschichtspolitik*. München: C.H. Beck.
- Assmann, Jan (1992): *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: C.H. Beck.
- Azevedo, C. n. d. (1999): *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho.
- Barrento, João (1999): *Nelken und Immortellen: portugiesische Literatur der Gegenwart*. Berlin: tranvia.
- Batuca-Branco, Carla (2006): *Autobiographisches Schreiben portugiesischer Autorinnen nach 1974*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Bernardo, Manuel (2004): *Memórias da revolução: Portugal 1974-1975*. Lisboa: Prefacio.
- Briesemeister, Dietrich (1993): "José Cardoso Pires: Balada da Praia dos Cães (1982)". Em: Hess, Rainer (ed.): *Portugiesische Romane der Gegenwart. Neue Interpretationen*. Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 23-35.
- (1997): "José Cardoso Pires – 'Schriftsteller der Gemarkung Portugal'". Em: Thorau, Henry (ed.): *Portugiesische Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 377-406.
- Caetano, Marcelo (1977): *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Carvalho, Otelio Saraiva de (1978): *Memórias de abril*. Barcelona: Iniciativas Editoriales.
- Crabbé Rocha, Clara (1992): *Máscaras de Narciso: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Erl, Astrid (2005): *Kollektives Gedächtnis und Erinnerungskulturen*. Stuttgart: Metzler.
- Fernández García, María Jesús (2000): "La novela del dictador Salazar: Dinossauero excelentísimo de José Cardoso Pires". Em: *Anuario de estudios filológicos*, 23, pp. 123-142.
- Ferreira, Jacinto (1992): *Ao serviço da pátria e do Rei: memórias políticas, 1926-1974*. Lisboa: s.l.
- Fleschenberg, Andrea (2004): *Vergangenheitsaufklärung durch Aktenöffnung in Deutschland und Portugal?* Münster: LIT.
- Freitas, Amaral Diogo do (1995): *O antigo regime e a revolução: memórias políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand/Neomen.
- Grossegese, Orlando (1997): "José Saramago – Steinaugen oder die irdische Prophetie des Vergangenen". Em: Thorau, Henry (ed.): *Portugiesische Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 407-427.
- (2009): *Saramago lesen*. Berlin: tranvia.
- Herrmann, Gina (2002): "A Usable Nostalgia for Spain: Oral History and the Novel". Em: *Journal of Romance Studies*, 2, 2, pp. 71-90.
- Hess, Rainer (ed.) (1992): *Portugiesische Romane der Gegenwart. Interpretationen*. Frankfurt am Main: Vervuert.

- Lange, Wolf-Dieter/Smolka, Andrea-Eva (org.) (2001): *25 Jahre nachrevolutionäre Literatur in Portugal. Nationale Mythen und kulturelle Identitätssuche*. Baden-Baden: Nomos.
- Martins, Guilherme D'Oliveira (2007): *Portugal: identidade e diferença; aventuras da memória*. Lisboa: Gradiva.
- Mascarenhas, Maria do Céu (1996): “‘Menino sabes o que é a pátria’: ou da confrontação dos jovens combatentes portugueses com o Ultramar em guerra, nas perspectivas de António Lobo Antunes (Os Cus de Judas) e Lídia Jorge (A costa dos murmúrios)”. Em: *ABP: Afrika, Asien, Brasilien, Portugal. Zeitschrift zur portugiesischsprachigen Welt*, 2, pp. 13-27.
- Melo, João de (1997): “Kolonialkrieg und Befreiungskampf in den portugiesischsprachigen Literaturen”. Em: Thorau, Henry (ed.): *Portugiesische Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 478-500.
- Mertin, Ray-Güde (1992): “Häkelspitzen und Aquarium. Anmerkungen zu einigen Bilderreihen im Roman *Os Cus de Judas* von António Lobo Antunes”. Em: Hess, Rainer (ed.): *Portugiesische Romane der Gegenwart. Interpretationen*. Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 95-103.
- (1999): “Ein Gespräch mit José Saramago”. Em: Große, Sybille/Schönberger, Axel (eds.): *Dulce et decorum est philologiam colere: Festschrift für Dietrich Briesemeister zu seinem 65. Geburtstag*. Vol. 2. Berlin: Domus Ed. Europaea, pp. 1007-1020.
- Nogueira e Carvalho, José Victor de Brito (2004): *Era tempo de morrer em África: Angola, guerra e descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Prefácio.
- Nora, Pierre (1989): “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire”. Em: *Representations*, 26, pp. 7-25.
- Nunes, Ângela M.P. (2003): *Vergangenheitsbewältigung im interkulturellen Transfer*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Papinião, Carlos (1998): *A memória com passaporte. Um tal Perafita na “Casa de Campo”*. Relato de um prisioneiro na PIDE do Porto em 1937. Porto: Campo das Letras.
- Pinheiro, Teresa (2005): “Die Rückkehr der Karavellen: Brasilien, Spanien und die Inszenierung portugiesischer Nationalidentität”. Em: Brandenberger, Tobias/Thorau, Henry (org.): *Portugal und Spanien – Probleme (k)einer Beziehung*. Frankfurt am Main: Peter Lang, pp. 323-336.
- (2008): “Memória histórica no Portugal contemporâneo”. Em: Kalewska, Anna (ed.): *Diálogos com a Lusofonia. Colóquio comemorativo dos 30 anos do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia*. Warschau: Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, pp. 299-314.
- (2010): “Facetten des erinnerungskulturellen Umgangs mit dem Estado Novo in Portugal”. Em: *Neue Politische Literatur*, 55, 1, pp. 7-22.
- Pinheiro Torres, Aleixandre (1978): “Nachwort”. Em: Pires, José Cardoso: *Seine Exzellenz der Dinosaurius*. Trad. Gudrun Hohl. Berlin: Rütten & Loening.
- Pires, José Cardoso ([1972] ⁶1973): *Dinossauro Excelentíssimo*. Lisboa: Publicações Europa-América.

- (1979): “Post-scriptum”. Em: Pires, José Cardoso: *O Burro-em-Pé*. Lisboa: Moraes, pp. 119-120.
- Pires de Lima, Isabel (1997): “Annäherungen an den portugiesischen Roman des 20. Jahrhunderts”. Em: Thorau, Henry (ed.): *Portugiesische Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 236-258.
- Ribeiro, Lucia Maria Moutinho (1994): “‘Dinossauro Excelentissimo’ de José Cardoso Pires”. Em: *Estudos Portugueses e Africanos*, 23, pp. 49-56.
- Rosa, António Júlio (2003): *Memórias de um prisioneiro de guerra*. Porto: Campo das Letras.
- Sá, Pinto de (2006): *Conquistadores de almas: memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Sänger, Ralf (1994): *Portugals langer Weg nach “Europa”: die Entwicklung von einem autoritär-korporativen Regime zu einer bürgerlich-parlamentarischen Demokratie*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Saramago, José ([1980] ⁶1985): *Levantado do chão*. Lisboa: Caminho.
- Schlosshan, Ricarda (1990): “Antunes, António Lobo: *Der Judaskuß*”. Em: *Lusorama*, 11, pp. 60-62.
- Schor, Andreas (1993): “José Saramago: *História do Cerco de Lisboa* (1989): ein historischer Roman”. Em: Hess, Rainer (ed.): *Portugiesische Romane der Gegenwart. Neue Interpretationen*. Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 101-121.
- (1997): *Schreiben gegen Mythen. Die Romane von José Saramago*. Bern: Peter Lang.
- Sousa, Maria de (ed.) (2007): *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Telo, António José (2007): *História contemporânea de Portugal: do 25 de abril à actualidade*. Lisboa: Presença.
- Thorau, Henry (1997): “‘Die Toten wecken und das Zerschlagene zusammenfügen’. Die Romane des António Lobo Antunes”. Em: Thorau, Henry (ed.): *Portugiesische Literatur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 521-540.
- Troebst, Stefan (2010): *Diktaturerinnerung und Geschichtskultur im östlichen und südlichen Europa. Ein Vergleich der Vergleiche*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag.

Fontes eletrónicas

- Andringa, Diana/Pimentel, Irene Flunser/Cruzeiro, Maria Manuela et al. (eds.) (2006-2010): *Caminhos da memória* (<www.caminhosdamemoria.wordpress.com/>; 03.05.2010).
- Pinheiro, Teresa (desde 2006): *Ehrendes Gedenken, Schatten der Vergangenheit: Portugiesische Erinnerungskulturen* (<www.tu-chemnitz.de/phil/europastudien/swandel/erinnerung/>; 30.05.2010).
- <www.rtp.pt/wportal/sites/tv/grandesportugueses/> (30.05.2010).